

## DOSSIÊ

### Identidade indígena e território

JOANA APARECIDA FERNANDES SILVA\*

#### Apresentação

Atualmente vivem no Brasil cerca de duzentos povos indígenas, com uma diversidade cultural e uma diversidade de situações históricas impressionantes. Vale lembrar, a maior parte dos grupos está estabelecida na Região Amazônica e no Centro-Oeste, e a complexidade de situações vivenciadas por essa multiplicidade de povos, bem como a grande diversidade de situações em relação ao tamanho e à situação jurídica da terra onde vivem, pelo tempo de contato, que varia entre trinta a quinhentos anos, são hoje um grande desafio aos antropólogos brasileiros.

Analisar e entender as sociedades indígenas no que se refere ao contato com a sociedade nacional têm sido tarefas desenvolvidas por inúmeros etnólogos, em que temas como identidade, fronteira e territorialidade constituem conceitos-chaves. Em um contexto em que índios, mesmo vivendo em cidades, continuam a se identificar como tais, em que outros reivindicam sua diferença étnica, seu pertencimento a povos que até recentemente eram dados como extintos, e ainda em que povos têm intenso contato com não-índios, as discussões apresentadas no dossiê que integra este número da revista são oportunas, pois trazem informações empíricas acompanhadas de uma vigorosa reflexão teórica, encabeçada por Roberto Cardoso de Oliveira.

Trata-se do dossiê denominado "Identidade indígena e território", com contribuições de seis autores que abordam o fenômeno da identidade e da territorialidade: Roberto Cardoso de Oliveira, Giovani José da Silva, José Luiz de Souza, Nora Júlia Arias, João dal Poz e João Pacheco de Oliveira.

Roberto Cardoso de Oliveira, eminente antropólogo brasileiro, cedeu gentilmente para a Revista Sociedade e Cultura os direitos de uso de dois capítulos de seu livro *Identidade, etnia e estrutura*, publicado originalmente pela Editora Pioneira, em 1976, com edição esgotada. Os capítulos por nós escolhidos e também sugeridos pelo autor são o primeiro e o quarto, respectivamente "Identidade étnica, identificação e manipulação" e "Definição do campo semântico da etnia". O mesmo livro, sob o título *Etnicidad y estructura social*, foi publicado em 1992, no México, onde o autor fez seu curso de doutorado em Antropologia, no Ciesas, em 1979. Trata-se de livro que incluiu mais dois capítulos, publicados em *Enigmas e soluções: exercícios de etnologia e de crítica*, pela Editora Tempo Brasileiro, do Rio de Janeiro, em 1983.

No começo da década de 1970, quando o conceito de aculturação aplicado para compreender os processos de contato das sociedades indígenas brasileiras já não se mostrava adequado, os estudos sobre identidade étnica e de resistência adquiriram mais força, e Roberto Cardoso de Oliveira tornou-se uma referência obrigatória no que diz respeito à questão das relações interétnicas, ao incluir o conflito como

\* Professora do Departamento de Ciências Sociais – FCHF – UFG.

uma variável essencial, com destaque para o conceito de fricção interétnica. Com isso, a obra desse autor ganha grande importância e seu trabalho, alcance internacional.

Os capítulos escolhidos são representativos para estudos sobre identidade étnica (conforme se verá), mas não se restringem a essa questão, uma vez que também no terreno da antropologia e da história beneficia-se dos avanços implementados por Roberto Cardoso de Oliveira. Mais recentemente, assistiu-se ao ressurgimento de grupos considerados extintos, que reivindicavam o direito à diferença e a um território. Vale dizer, esse fenômeno tem sugerido aos pesquisadores o tema da “identidade” como um elemento central ao entendimento das etnias em contato intenso com a sociedade nacional, as quais, no entanto, não se dissolveram nela.

O artigo “O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul”, de Giovani José da Silva e José Luiz de Souza, mostra como a educação escolar pode ser apropriada por um grupo indígena e transformar-se em um espaço estratégico para a afirmação da identidade. Os Kinikinau, subgrupo dos Guaná, eram considerados extintos, e seu “ressurgimento” no território tradicional mostra mais um entre os inúmeros grupos indígenas brasileiros que estão reivindicando um território e que, após um período de silêncio, voltam a fazer parte do cenário da questão indígena. Utilizando conceitos da história indígena e da geografia cultural, os autores apresentam um breve estudo acerca da etnogênese Kinikinau, mediante o emprego da metáfora da fênix – ave mítica que ressurgia das próprias cinzas –, para compreender os Kinikinau da atualidade. Para esses autores, a educação escolar, dentre outros espaços, foi transformado em um locus de reelaboração, afirmação e legitimação da identidade étnica desse povo.

O artigo intitulado “Os Toba da Argentina: processos de organização”, de Nora Julia Arias, é um estudo sobre um processo vivenciado pelos índios Toba, da Argentina, que vivem na cidade a partir de uma ameaça de leilão dos terrenos ocupados pela comunidade em Rosário, sob o argumento, das autoridades, de que a situação dos índios era precária. Nora Julia observa que

as identidades indígenas na cidade são elaboradas a partir da convivência com outras identidades sociais conflitantes, mas que servem para operar com o signo da diferença e resultam como eficientes critérios classificatórios, a partir de símbolos étnicos e raciais.

O artigo “O efeito do ‘túnel do tempo’ e a suposta inautenticidade dos índios atuais”, de João Pacheco de Oliveira, ex-orientando de Roberto Cardoso de Oliveira, traz uma interessante discussão: a “autenticidade” ou falta de autenticidade de índios da Amazônia e do Nordeste, respectivamente, e a partir do conceito de cultura o autor discute a impossibilidade de que os índios tenham permanecido exatamente iguais durante cinco séculos. Refere-se ainda às identidades indígenas no mundo contemporâneo, em termos de identidades mais tradicionais e históricas, enquanto outras identidades resultam da elaboração em termos da história mais recente de alguns grupos. Nesse sentido, o autor se propõe a analisar o fenômeno da “identidade emergente” e da “etnogênese”, e elabora a seguinte pergunta: “É correto reificar tal diferença e passar a tratar essas identidades étnicas em categorias conceitualmente distintas, ao preço de aceitar uma visão ingênua e naturalizada das demais? Ou assim não corremos o risco de vir a justificar uma eventual política indigenista discriminatória, que pretenda estabelecer diferenças no plano do reconhecimento de direitos?”

Para João Pacheco, a pesquisa sobre “identidades emergentes” contribui para naturalizar identidades mais antigas (ou mais conhecidas) e para colocar em dúvida a “indianidade” dos índios chamados “emergentes”. Segundo ele, essa dúvida traz impactos sobre a política indigenista e sobre o que se pensa como legítimo em termos de territórios indígenas, pelo seguinte cálculo: se os índios são tradicionais, “puros” e “autênticos”, eles podem ter direito a um território reconhecido pelo Estado; e o que dizer dos “índios recentes”, ou seja, os que aparentemente perderam todos os caracteres distintivos, mas que passam a reivindicar uma identidade e o direito à diferença?

O autor citado, portanto, trabalha com uma complexidade cujo objeto é recente na análise antropológica: há diversas temporalidades